

Projeto Pedagógico – Licença Capacitação

A Facultatem, Plataforma de Ensino a Distância, sociedade empresária limitada 99AULAS Desenvolvimento de Softwares LTDA., CNPJ sob o nº 26.295.012/0001-84, é uma plataforma de Cursos *on-line*, na modalidade de Ensino a distância.

1. Justificativa

A FACULTATEM, Plataforma de Ensino a Distância, surgiu a partir da percepção da necessidade de proporcionar um ensino a distância de qualidade, aliando a facilidade de estudar através de um ambiente *on-line*, a qualquer hora do dia ou da noite. O aluno poderá realizar a capacitação de acordo com o tempo que tiver disponível, respeitando seu ritmo individual de aprendizagem.

2. Objetivos

Acreditamos que o ensino a distância possui cada vez maior relevância no cenário educacional. A capacitação pela internet já se consolidou como opção principal para aqueles que querem buscar aperfeiçoamento profissional de qualidade, aliado à praticidade de estudar quando e onde quiser.

A FACULTATEM objetiva fornecer uma capacitação formal de qualidade aos servidores públicos, visando prepará-lo para melhor exercer suas atividades. Nosso objetivo é aliar a praticidade do ensino a distância à interação e reflexão, para que não se tornem apenas um conjunto de conteúdos, ofertados em ambiente virtual.

3. Público-alvo

Servidores públicos das esferas federal, estadual ou municipal interessados em capacitar-se profissionalmente.

4. Carga Horária

A carga horária irá variar de acordo com o curso escolhido pelo aluno no momento da inscrição, podendo ser de 15, 30, 60 ou 90 dias. O aluno também deverá indicar a data que iniciará o curso e poderá inscrever-se a qualquer momento.

5. Metodologia

O processo de aprendizagem a distância ocorre por meio de aulas *on-line* e interatividade do aluno com o ambiente virtual. O aluno poderá acompanhar o curso pelo seu

computador, no dia, hora e local que lhe forem mais convenientes, desde que dentro do período do seu curso. Os cursos disponibilizados levam os alunos a uma participação ativa através das videoaulas, material de apoio e fóruns. Os cursos são desenvolvidos em ambiente online, sendo as aulas, fóruns, material de apoio e avaliação, disponibilizados em nosso site.

6. Acompanhamento e tutoria

O desenvolvimento e aproveitamento do aluno é acompanhado pelo instrutor de cada curso, que detém o conhecimento e a didática para dar o melhor suporte ao aluno. Ele atua como tutor, indicando atividades, avaliando a participação nos fóruns e respondendo as dúvidas dos alunos. O tutor pode propor atividades através do fórum da plataforma, através do e-mail dos alunos ou durante as aulas do curso.

7. Como o site funciona

As Inscrições podem ser feitas a todo momento e o aluno realiza as atividades de acordo com sua disponibilidade de horário, respeitando o ritmo individual de aprendizagem e o tempo mínimo e máximo para realização do curso. Para iniciar, desenvolver e concluir um curso junto à FACULTATEM o aluno precisa ter acesso a um computador e à Internet banda larga.

8. Sistemas de avaliação

A avaliação se dá através de uma prova de múltipla escolha, realizada após a visualização das aulas e leitura do material didático, e através da avaliação pelo instrutor do curso, da participação nos fóruns de discussão.

9. Certificação

Ao término do curso, o aluno receberá um certificado eletrônico, desde que tenha um aproveitamento acima de 70% nas avaliações e transcorrido o tempo mínimo de acordo com o programado no momento da inscrição: 15, 30, 60 ou 90 dias.

Todos os cursos de capacitação contam com ferramenta de avaliação que é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Curso: Processo Administrativo Disciplinar rito ordinário

Carga horária: 130 horas

Recursos: videoaulas, material didático em PDF para download, exercícios, fóruns e avaliação final.

Objetivo: Oferecer aos Servidores Públicos curso referência em legislação disciplinar federal, focado em aspectos teóricos e práticos relacionados com o Processo Administrativo Disciplinar rito ordinário, previsto na Lei nº 8.112 de 1990, pertinente com a atuação de todos os cargos públicos sujeitos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, visando excelência técnica dos servidores nos procedimentos correicionais.

Público-alvo: Servidores Públicos

Justificativa: A legislação disciplinar mudou bastante nos últimos tempos. A atuação dos servidores responsáveis por realizar as apurações disciplinares precisa estar pautada na legislação vigente e nos últimos posicionamentos e entendimentos da Jurisprudência e das orientações dos órgãos de controle.

Todo servidor público estável pode ser designado para participar de apurações disciplinares, conforme previsto na Lei 8.112/1990. O conhecimento dos instrumentos adequados para realizar a correta apuração disciplinar é essencial para um desempenho eficiente do servidor designado para atuação.

Para que tal função seja desempenhada com o máximo de eficiência, é imperativo que o servidor público esteja em permanente atualização profissional, preferencialmente, dedicando períodos selecionados do seu tempo para desenvolver capacitação específica sobre o tema.

Para isso, o curso tratará integralmente do Processo Administrativo Disciplinar, sob o rito ordinário, previsto nos artigos 143 e seguintes da Lei nº 8.112/1990, trazendo as hipóteses de aplicação, a legislação pertinente e os modelos das peças processuais.

Como objeto do curso, serão tratados os aspectos práticos relacionados com a tomada de decisão de quando utilizar e como conduzir e concluir o Processo Administrativo

Disciplinar sob o rito ordinário, trazendo os entendimentos mais recentes da AGU, MPF e CGU visando inserir o servidor no contexto normativo atualizado de estudos.

Desta forma, o curso se revela essencial para a capacitação do servidor público, na medida que o coloca a par da legislação e dos cuidados a serem observados quando da utilização e da condução do Processo Administrativo Disciplinar sob o rito ordinário. Articulando leis [lato sensu], doutrina e jurisprudência, o servidor público estará capacitado não só a criticar os procedimentos adotados mas também a atuar na apuração disciplinar com excelência, o que, de forma específica reduz a chance de anulação do ato administrativo; sob uma ótica mais ampla, preenche os princípios da legalidade, finalidade, motivação e efetividade, maximizando os direitos fundamentais dos administrados, e. g. contraditório, ampla defesa e devido processo; e, por fim, de um ponto de vista macro, contribui para o adequado processamento das infrações disciplinares no que se refere ao eixo sancionatório, pilar fundamental previsto na Lei 8.112/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União.

Fica claro então que o presente curso se enquadra perfeitamente no novo Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Polícia Rodoviária Federal, em seu item 11 que regulamenta os afastamentos para licença capacitação do servidor. Os itens **g) Integridade; k) Sistema jurídico; e n) Corregedoria**; assim como as prioridades previstas no Anexo III: 66 Conhecer os deveres, proibições, responsabilidades, condutas graves, infrações disciplinares e penalidades; 252 Conhecer os meios de obtenção de prova e as medidas cautelares no âmbito de procedimentos correccionais; 412 Conhecer os aspectos gerais da produção do conhecimento em procedimentos correccionais; 436 Compreender os procedimentos administrativos disciplinares como instrumentos de cunho investigativo, apuratório e alternativos voltados à preservação da regularidade dos serviços da PRF; estão todos contemplados tanto no conteúdo teórico do curso, quanto no efeito prático que terá na atuação posterior do servidor.

Competência: Compreender as hipóteses de aplicabilidade do Processo Administrativo Disciplinar de rito ordinário, analisar as normas vigentes sobre o citado instrumento apuratório e conhecer as etapas necessárias para a elaboração ou condução dos trabalhos de forma tecnicamente impecável, e lastreada na justiça, profissionalismo e excelência.

Professor: Rodrigo Costa Rodrigues

Conteúdo Programático:

MÓDULO I – Fase pré-processual - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer as normas que regem o Processo Administrativo Disciplinar sob o rito ordinário; - Identificar as hipóteses de utilização do PAD rito ordinário; - Compreender o PAD rito ordinário no contexto do direito disciplinar; - Compreender as etapas necessárias para a adequada instauração do PAD rito ordinário.	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE I – Fase pré-processual - Atos sujeitos à apuração disciplinar; - Materialidade e autoria - Competência para instauração - Artigo 148 da Lei 8.112/90
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

MÓDULO II – Instauração - 10h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer os requisitos da Portaria de instauração do PAD - Identificar as hipóteses de impedimento e suspeição	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas	UNIDADE II – Instauração - Portaria - Hipóteses de Impedimento - Hipóteses de Suspeição - Lei nº 8.112/1990

	- Exercícios de fixação	5. Lei nº 9.784/1999
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO III – Instalação da Comissão e providências iniciais - 30h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a estrutura de uma ata de instalação de comissão; • Estruturar uma ata de instalação de comissão, de acordo com os normativos legais; • Conhecer os requisitos da notificação inicial dos acusados; • Conhecer os requisitos das comunicações iniciais da Comissão;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE III – Instalação da Comissão e providências iniciais 1. Ata de Instalação 2. Modelo de Ata de Instalação 3. Notificação Inicial dos acusados 4. Comunicação à Autoridade Instauradora 5. Comunicação ao RH da Instituição
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO IV – Instrução processual - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Identificar as provas passíveis de serem produzidas no PAD; • Conhecer a ordem de oitiva	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF	UNIDADE IV – Instrução processual 1. Provas no PAD

de depoentes; • Conhecer a ordem da elaboração das perguntas para os depoentes; • Conhecer os requisitos para solicitação de perícia • Conhecer os requisitos para realização de oitiva através de videoconferência.	para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	2. Ordem de oitiva no PAD 3. Ordem das perguntas nos depoimentos 4. Videoconferência 5. Perícia 6. Acareação
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO V – Indiciamento, Defesa e Relatório Final - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a estrutura do Indiciamento; • Compreender a análise da defesa escrita; • Compreender as hipóteses de revelia e defensor dativo • Conhecer a estrutura do Relatório Final da Comissão	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE V – Indiciamento, defesa e relatório final 1. Requisitos do Indiciamento 2. Estrutura do Indiciamento 3. Requisitos da defesa escrita 4. Revelia e defensor dativo 5. Relatório Final
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático